



São Paulo, 6 de dezembro de 2013.

Excelentíssima Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão
Senhora Míriam Belchior

Senhora Ministra,

Gostaríamos de contar com o vosso apoio para que a PEC do Plano de Metas seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece a obrigatoriedade de elaboração do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual, Distrital e federal, com base nas propostas das campanhas eleitorais, está na fase final de tramitação, após ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por duas Audiências Públicas, e ser aprovada na Comissão Especial por unanimidade pelos deputados integrantes da comissão.

A iniciativa foi apresentada aos deputados por um conjunto de organizações, por se tratar de um imenso salto de qualidade no processo político brasileiro, ao ampliar a perspectiva de dotar os Poderes Executivos de todos os entes federativos deste importante instrumento de responsabilidade e ética eleitorais e de planejamento, gestão e transparência para a administração pública brasileira. Por comprometer os eleitos a cargos executivos a apresentar um plano de metas para a gestão que melhore a qualidade de vida dos cidadãos, contendo no mínimo o programa de governo apresentado nas eleições e prestar contas do programa durante a gestão, esta PEC torna o processo eleitoral mais responsável, melhora a qualidade e a transparência da gestão, promove a participação da sociedade e o voto mais consciente.

O substitutivo anexo elaborado pelo relator, deputado João Paulo Lima (PT/PE), e aprovado por unanimidade pela Comissão Especial, sistematiza o

essencial das duas PECs – a número 52/2011, do deputado Paulo Teixeira (SP) e a número 10/2011, do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP). Ambas as iniciativas tratavam da mesma matéria, com algumas diferenças que, por sua vez, foram superadas por meio do bom debate legislativo, que contou também com contribuições do deputado Esperidião Amin (PP/SC) e do próprio relator.

Neste momento em que se debate a necessidade de avanços na Reforma Política, a aprovação da PEC das Metas vem somar-se aos esforços para aperfeiçoar a democracia brasileira e a gestão pública em todos os níveis, e expressa o desejo da sociedade, de acordo com as manifestações recentes. É uma enorme oportunidade para o Poder Executivo e o Congresso Nacional aprovarem esta PEC, atendendo a uma grande demanda da sociedade brasileira.

Proposta semelhante já foi incorporada às Leis Orgânicas de 36 municípios entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, João Pessoa e Florianópolis com enorme sucesso.

Em São Paulo, primeira cidade a aprovar esta medida, o Programa de Metas também é uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu fazer com que a Câmara Municipal aprovasse a criação do Programa de Metas. A partir daquele momento, todo prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até noventa dias após a sua posse, um Programa que descreva as prioridades de seu governo, explicitando as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal. O Programa de Metas é, portanto, uma maneira de o governo selar compromissos com a população em torno das principais iniciativas que serão implementadas ao longo da gestão.

Em março de 2013, a Prefeitura de São Paulo apresentou à população da cidade o Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo. Após a apresentação dessa proposta, foram realizadas no mês de abril 35 audiências públicas, sendo uma em cada uma das 31 subprefeituras, 3 audiências públicas temáticas – de acordo com os 3 eixos temáticos do Programa de Metas – e uma geral, na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Foram recebidas centenas de propostas por meio de falas e por escrito nas audiências, além de propostas por e-mail. Todas as propostas foram sistematizadas, classificadas e avaliadas sobre a possibilidade de sua incorporação. O resultado deste processo está consolidado na versão final participativa do Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016 – (<http://programademetas.info/>).

Recentemente nos reunimos com o presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, que se mostrou bastante favorável à proposta e nos recomendou buscar o apoio político do Governo Federal para que a proposta seja apreciada e votada o mais breve possível, de forma a estar em vigência já nas eleições de 2014. Líderes de outros partidos representados na Casa também sinalizaram apoio à pronta ida da proposta ao plenário.

Gostaríamos de contar com vosso empenho para que esta PEC seja aprovada a tempo de vigorar nos mandatos que se iniciarão em janeiro de 2015.

Anexos também o relatório e o substitutivo aprovados pela Comissão Especial, a lista dos deputados integrantes da Comissão Especial e a relação das organizações apoiadoras da iniciativa.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas pelo email zuleica@isps.org.br ou ainda pelo telefone (11) 3894.2400.

Atenciosamente,

Oded Grajew

Coordenador Geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis e Presidente Emérito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

www.nossasaopaulo.org.br / www.cidadessustentaveis.org.br /

www.ethos.org.br

(11) 3894.2400